



ANTERO MARCELINO DA SILVA JUNIOR

Primeiro presidente da corte de apelação

Sergio Antonio Berni de Brum¹

Em 1940 mais especificamente no dia 19 de novembro o interventor federal no Rio Grande do Sul, Osvaldo Cordeiro de Farias reorganizou a Justiça Militar do Estado através do Decreto Lei nº 47. Este decreto-lei foi em conformidade do art. 6º, nº IV do decreto nacional nº 1202 de 8 de abril de 1939 consignado que a lei federal nº 192 de 17 de janeiro de 1936, atribuiu no art. 19 § único aos Estados a faculdade de organizar a Justiça Militar do Estado. A época era Presidente do Conselho de Apelação² o Comandante Geral da Brigada Militar o Cel. Angelo de Melo e foi um grande mobilizador e incentivador da modernização da Justiça Militar, assim no dia 2 de janeiro de 1941 participou da sessão extraordinária da Corte de Apelação, não mais Conselho de Apelação, na qual tomou posse como Presidente o Juiz Antero Marcelino da Silva Junior, Coronel da Reserva e como Vice-Presidente o Juiz Alzemiro Francisco Wellausen, Coronel da Reserva, sendo os demais integrantes da Corte de Apelação os juízes Aristides Krauser do Canto e Aldo Ladeira Ribeiro, ambos coronéis da reserva, sendo Juiz Togado o Dr. Alarico Cabeda. A composição da Corte castrense ficou composta por cinco³ membros, quatro oficiais superiores e um civil Juiz Togado, todos escolhidos pelo governador, devendo os oficiais serem transferidos para a reserva da Brigada Militar ao assumirem a judicatura. Atuava como Procurador de Justiça o Dr. Gastão Bernd.

¹ Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum – Coordenador do Projeto Memória da JME/RS.

² Decreto nº 2347 – A de 28 de maio 1918 – Art. 72 “O Conselho de Apelação se comporá de cinco membros, um dos quais será o Comandante da Brigada, ao qual compete a Presidência do Conselho.

³ Decreto Lei nº 47 de 19 de novembro de 1940 – Da Corte de Apelação, Art. 18, 19, 20 e 21.

Assumiu então a Presidência da Corte de Apelação, que pela nova Lei disciplina que os juízes e o auditor gozariam da estabilidade funcional dos magistrados⁴, o Juiz Antero Marcelino da Silva Júnior, Coronel da Reserva da Brigada Militar que nasceu em 16 de setembro de 1895, na cidade de Porto Alegre, tendo incluído na Brigada Militar em 29 de abril de 1913, promovido a 2º Tenente em 4 de maio de 1920, 1º Tenente em 15 de abril de 1925, Capitão em 28 de setembro de 1928, Major em 17 de outubro de 1932, Tenente-Coronel em 14 de maio de 1932 e Coronel em 31 de dezembro de 1940. Registre-se que em 24 de dezembro de 1940 foi transferido para a reserva e nomeado juiz da Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado e a 3 de dezembro por ato do Governador do Estado foi graduado no posto de Coronel. No dia 9 de janeiro de 1941 o Boletim nº 7 do Comando Geral da Brigada foi publicado o seguinte⁵:

“Tendo sido, por ato do governo do estado, de 24 de dezembro ultimo, transferido para a reserva o Tenente Coronel Antero Marcelino da Silva Júnior, cumpre-me o indeclinável dever de agradecer-lhe os relevantes serviços que prestou ao País, ao Estado e a Corporação. Senhor de brilhante fê de ofício, é esse camarada digno dos meus melhores louvores pela abnegação e lealdade e pelo devotamente, amor ao trabalho e espírito de sacrifício com que serviu em todas as circunstâncias, durante trinta anos, aproximadamente, contribuindo com o melhor de suas energias em pról do engrandecimento da Brigada, a qual soube honrar e dignificar. Afastado, agora, da atividade militar, e nomeado Juiz da Corte de Apelação, formule-lhe votos de felicidades no desempenho do honroso posto em que foi investido”.

⁴ Decreto Lei nº 47 de 19 de novembro de 1940 – Art. 50 “os juízes e o auditor gozarão da estabilidade funcional dos magistrados.”

⁵ Elogio constante do livro de assentamentos dos senhores juízes da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul de 1940 até julho/1975 – arquivo do Projeto Memória da JME/RS.

A época comandava a Brigada Militar o Cel. Angelo de Mello.

Antero Marcelino da Silva Júnior permaneceu como juiz da Corte de Apelação, desde 2 de janeiro de 1941 até 13 de março de 1957, quando foi aposentado no processo nº 2303/57 da Secretaria do Interior e Justiça/RS. Resgato ainda a manifestação do culto juiz tão logo assumiu a Presidência da Corte em 1941, diz⁶ *“saber pesar a responsabilidade ou alto cargo que acabava de assumir e que prometia desempenhar-se sempre, com clareza de espírito e justiça”*.

A bem da história antes de avançarmos sobre suas atividades jurisdicionais na Corte Castrense voltemos no passado em especial aos anos de 1926, 1927 e 1928 quando o então Ten. Antero Marcelino da Silva Júnior e o Tenente João Martins de Oliveira criaram a revista periódica ilustrada, **“Pindorama”**, com sua primeira edição o número 1 de abril de 1926 e que igualmente tinha como encarregado da secção de anúncios o Tenente Francisco Pinto de Aquino. Nesse primeiro exemplar a capa é uma fotografia de Affonso Emílio Massot⁷ - hoje patrono da Brigada Militar que tinha falecido em 1925. A revista Pindorama dedica a Massot um belíssimo histórico de sua vida como cidadão e oficial da Brigada Militar.

Já no que podemos identificarmos como editorial Antero Marcelino da Silva Júnior e João Martins de Oliveira – os diretores proprietários deixam claro o objetivo da revista⁸:

“Irmanados no sincero desejo de concorrer para o desenvolvimento intelectual dos nossos patrícios e, simultaneamente, ilustrar nosso espírito em uma esthera

⁶ Livro de Atas das Sessões do Tribunal de Justiça Militar de 03/01/1933 a 09/01/1941.

⁷ Revista Pindorama – Anno 1 – Porto Alegre, Abril 1926 – número 1.

⁸ Revista Pindorama – Anno 1 Porto Alegre, Abril 1926 – número 1.

*mais ampla, resolvemos publicar uma modesta revista, norteadas nos princípios
sãos e altruísticos, que colimam o aperfeiçoamento dos povos”.*

E, em mais um parágrafo os diretores proprietários justificam o nome da revista⁹:

*“Como homenagem a nossa querida pátria, demos a nossa revista o nome de
Pindorama. Nome singelo e ameno, buscado no poético idioma dos naturaes da
nossa gleba. Vocábulo despido de vaidade, lembrando a beleza da terra das
palmeiras, será elle uma palavra de conforto, a encorajar-nos na difficil senda
que nos propomos trilhar”.*

Pelas páginas da Revista Pindorama ficaram registrado a história da Brigada Militar, da sociedade e da política do nosso estado gaúcho, foram 31 edições, sendo que a edição de número 31 ocorreu no Anno III, em outubro de 1928 e tem como capa o Major Alberto Bins¹⁰, intendente municipal de Porto Alegre, além de ter uma tiragem de 3000 exemplares. A história como gosto de dizer, mostra quem a escreveu e ao retirarmos a poeira da épica revista Pindorama encontramos como colaborador o Ten. Aldo Ladeiro Ribeiro que foi nomeado juntamente com Antero Marcelino da Silva Júnior para comporem a Corte de Apelação. Eis a história sem poeira, viva e pulsante. Mas, ainda, há de deixar registrado que Antero Marcelino da Silva Júnior foi Prefeito de Passo Fundo, RS¹¹ de 6 de janeiro 1938 até 22 de março de 1938.

Voltemos para as atividades jurisdicionais de Antero Marcelino da Silva Junior, esclarecendo que após a promulgação da lei 47 de 19 de novembro de 1940, cada um dos componentes da Corte passaram a relatar os recursos que subiam a Corte de Apelação.

⁹ Revista Pindorama – Anno I – Porto Alegre, Abril 1926 – Numero 1.

¹⁰ Revista Pindorama Anno III – Porto Alegre, outubro 1928 – Numero 31.

¹¹ www.PMPF.RS.GOV.DR

Assim verificamos na ata da Corte de Apelação de 24 de outubro de 1941 os agradecimentos do Juiz Presidente Antero Marcelino da Silva Júnior, ao Dr. Alarico Cabeda e ao Cel. Aldo Ladeira Ribeiro pela dedicação e capacidade de organizadores do projeto do Regimento Interno da Justiça Militar – consignando voto de louvor aos magistrados. Nesta data foi aprovado o primeiro regimento interno da Corte de Apelação¹², até esta aprovação a Corte Castrense tinha como regimento interno o do Supremo Tribunal Militar¹³.

Na ata 37^o da sessão de 6 de novembro de 1941 o Presidente da Corte Castrense Antero Marcelino da Silva Junior renuncia o cargo de Presidente, entregando o ofício 238 de 4 de novembro, da renúncia ao vice presidente o Juiz Alzemiro Francisco Wellausen o qual fez registrar em ata voto de louvor ao Sr. Cel. Antero¹⁴:

“Pela maneira digna por qual se conduziu na Presidência da Corte, não só pela sua dedicação, interesse e inteligente esforço expedido em prol do serviço si não também pelo seu brilhante espirito de concórdia e boa camaradagem, demonstrados nos melhores detalhes, qualidades estas que muito o elevaram, sem duvida no conceito de seus pares. Outros não fosse seu méritos certamente restaria isto, para bendizer sua passagem pela Presidência da Corte – proposta foi aceita unanimemente”.

O Juiz Antero Marcelino da Silva Junior foi eleito para Presidente da Corte de Apelação novamente em eleição de 26 de dezembro de 1946 para o biênio 1947 a 1948 e novamente Presidente em eleição de 30 dez/1948 para o biênio de 1949 a 1950, além de ter sido Vice Presidente da Corte de Apelação no biênio de 1945 a 1946 e 1953 e 1954.

¹² Atas das Sessões do Tribunal de Justiça Militar de 02/01/1941 a 21/10/1943 – Ata de 24 de outubro 1941.

¹³ Atas das Sessões do Tribunal de Justiça Militar de 02/1/1941 – 21/10/1943 – Ata de 2 de janeiro 1941.

¹⁴ Atas das Sessões do Tribunal de Justiça Militar de 02/01/1941 a 21/10 /1943.

Para homenageá-lo colo excertos de julgados em que o culto Juiz Antero Marcelino da Silva Júnior foi relator.

Em ata da 45ª sessão da Corte de Apelação de 9 de abril 1942 foi relator o Juiz Antero Marcelino da Silva Junior e revisor Dr. Alarico Cabeda, foi julgada a Apelação 49 – *decidiu a Corte a unanimidade de votos confirmar a sentença do Conselho de Justiça que condenou o acusado soldado Francisco Reis do 4º BC nas penas do grau médio do Art. 117¹⁵, nº 3 do Código Penal Militar, ou seja quinze meses de prisão com trabalho.*

Foi julgado em 26 de novembro de 1942 na 73ª sessão da Corte de Apelação, a Apelação nº 78 de Relatoria do juiz Antero Marcelino da Silva Júnior e revisor Dr. Alarico Cabeda – réu o soldado João Dias Gonçalves, do R.B.J:

“A Corte por unanimidade de votos, acordam por provimento a preliminar levantada pela defesa, considerando imprescindível o exame psiquiátrico para chegar-se a uma convicção de imputabilidade do acusado, ordenando assim a baixada dos autos à Auditoria, para serem tomadas as providências cabíveis a espécie”.

Constamos na ata nº 189 sessão da Corte de Apelação do dia 6 de junho de 1946 foi julgada a Apelação nº 251 sendo Relator o juiz Antero Marcelino da Silva Júnior e revisor o Dr. Alarico Cabeda – crime de deserção, réu o soldado Gabriel Winkowski do 1º Batalhão de Caçadores, decisão: *“unanimemente foi confirmada a sentença do Conselho de Justiça da unidade que condenou o R. a seis meses de detenção, sanção do Art. 163¹⁶ do Código Penal Militar.*

¹⁵ Código Penal da Armada – Art. 117 – É considerado desertor, 3º o que, sem causa justificada, ausentar-se de bordo, dos quartéis e estabelecimentos das marinha ou de serviço.

¹⁶ Código Penal Militar – Decreto-Lei 6227 de 24 de janeiro de 1944 – Art. 163. Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias: pena-detenção, de seis meses a dois anos, se oficial e pena é aumentada em um terço.

Julgamos, pois com estas breves palavras escritas trazer ao conhecimento público a atuação jurisdicional, política e profissional e principalmente cultural e visionária com a criação da Revista Pindorama lá no ano de 1926 que relatou “fotograficamente” a Brigada Militar, não deixando ao esquecimento os homens que a construíram e o dia a dia vivenciado pela instituição e também das autoridades do estado gaúcho, do culto Juiz da Corte de Apelação Antero Marcelino da Silva Junior, a quem serenamente e com reconhecimento fraterno agradecemos por ter sido hábil, sensato, inteligente, justo e paradigmático, ao qual em equipe e sistemicamente contribuiu para a construção do hoje mais que centenário Tribunal de Justiça Militar Gaúcho.

Juiz Antero Marcelino da Silva Junior a revista Pindorama continua a pulsar a história viva da Brigada Militar dos anos de 1926, 1927 e 1928. Obrigado.

